

CENTRAIS EÓLICAS MARON S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Centrais Eólicas Maron S.A.
Caetité – BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Eólicas Maron S.A. (“Companhia”), em fase pré-operacional, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Centrais Eólicas Maron S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Eólicas Maron S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

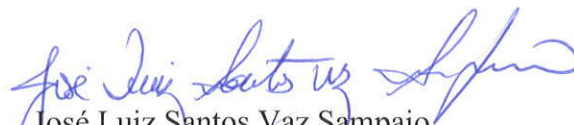
Sem modificar nossa opinião, conforme descrito nas notas explicativa nºs 1 e 4 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, a Companhia vem aplicando recursos significativos em obras de infraestrutura e na aquisição de bens destinados à produção de energia. De acordo com as projeções da administração, esses valores serão absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e, para a finalização do projeto, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros.

Outros assuntos

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Caetité, 18 de março de 2013


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC- nº 2SP 011.609/O-8-“F” BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC – BA 015.640/O-3

CENTRAIS EÓLICAS MARON S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11
<u>CIRCULANTES</u>							
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.455	-	Fornecedores	5	7.403	-
Outros créditos		2	-	Financiamento	6	7.013	-
Total dos ativos circulantes		11.457	-	Impostos a recolher		2	-
<u>NÃO CIRCULANTES</u>							
Imobilizado	4	13.958	881	Total dos passivos circulantes		14.418	-
Total dos ativos não circulantes		13.958	881	<u>NÃO CIRCULANTES</u>			
				Partes relacionadas	7	-	153
				Total dos passivos não circulantes		-	153
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>							
				Capital social	8	10.247	-
				Reserva de capital		752	735
				Prejuízos acumulados		(2)	(7)
				Total do patrimônio líquido		10.997	728
<u>TOTAL DOS ATIVOS</u>							
		25.415	881	<u>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
						25.415	881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS MARON S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	9	(4)	(3)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>(4)</u>	<u>(3)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	10		
Receitas financeiras		19	-
Despesas financeiras		<u>(5)</u>	<u>(2)</u>
Total		14	(2)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>10</u>	<u>(5)</u>
Imposto de renda e contribuição social	11	(5)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>5</u>	<u>(5)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS MARON S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5	(5)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>5</u>	<u>(5)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS MARON S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital - Reserva de benefícios a empregados liquidadados com instrumentos de patrimônio	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		-	-	(2)	(2)
Prejuízo do exercício		-	-	(5)	(5)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	8	-	735	-	735
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		-	735	(7)	728
Aumento do capital social	8	10.247	-	-	10.247
Lucro líquido do exercício		-	-	5	5
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	8	-	17	-	17
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>10.247</u>	<u>752</u>	<u>(2)</u>	<u>10.997</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS MARON S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		5	(5)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Encargos sobre mútuo	7	4	1
Aumento nos ativos operacionais:			
Outros créditos		(2)	-
Aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		7.403	-
Impostos a recolher		2	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>7.412</u>	<u>(4)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	4, 15	(11.400)	(146)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(11.400)</u>	<u>(146)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento do capital social	8, 15	8.280	-
Captação de financiamento	6	7.000	-
Mútuo com partes relacionadas - ingresso		165	150
Mútuo com partes relacionadas - pagamento		(2)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>15.443</u>	<u>150</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>11.455</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	11.455	-
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>11.455</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Eólicas Maron S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Maron S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Eólica Participações S.A. e que faz parte do “Grupo Renova” que representa as Companhias sob controle direto ou indireto da Renova Energia S.A. (holding final do “Grupo Renova”). A Companhia foi constituída em 30 de abril de 2010 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “Maron”, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda sua produção contratada por diversas distribuidoras de energia, no âmbito do Leilão de Energia Nova – 2011. O parque está em fase de construção.

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia, por meio do qual, a Centrais Eólicas Maron S.A. venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de março de 2014.

Valor total do contrato	Montante autorizado a ser vendido por ano	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
		contratual	atualizado	Inicial	Final		
R\$ mil	MWh	R\$	R\$				
236.434	119.993	101,32	103,34	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro

A capacidade de produção instalada do parque eólico (Maron) após concluído será de 28,8 MW*.

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para conclusão pela Administração em 18 de março de 2013.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as políticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as políticas contábeis internacionais.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa nº 4);
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 8).

2.6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.6.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

As categorias de instrumentos financeiros aplicados à Companhia são:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2012 o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3).

b) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 compreendem:

- Fornecedores (nota explicativa nº 5).
- Financiamento (nota explicativa nº 6).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

2.6.2. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados.

2.6.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.6.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.6.5. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamento e com partes relacionadas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.6.6. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

2.6.7. Pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido ou capitalizado durante a construção do parque eólico, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Reserva de capital" que registrou o benefício aos empregados.

2.6.8. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Companhia.

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Companhia implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Data de entrada em vigor
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”	Em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de outro Resultado Abrangente.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2012.
Modificações à IFRS 7 - Divulgação – Compensação de Ativos Financeiros e passivos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificações às IFRSs 9 e 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Modificações às IFRSs - Ciclo de Melhorias anuais às normas de 2009-2011.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013

Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovados pela CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/12</u>
Bancos conta movimento	13
Aplicações financeiras	11.442
Total	<u><u>11.455</u></u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados às taxas que variam de 90% até 98% do CDI – Certificado de depósito interbancário.

4. IMOBILIZADO

	Saldo em 01/01/11	Adições	Saldo em 31/12/11	Adições	Saldo em 31/12/12
<u>Imobilizado em curso</u>					
Terrenos	-	-	-	110	110
Torres de medição	-	-	-	222	222
Equipamentos de subestação	-	-	-	8.670	8.670
A ratear		735	735	1.770	2.505
Adiantamento a fornecedores	-	146	146	2.305	2.451
Total do ativo imobilizado	-	881	881	13.077	13.958

Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos com a construção do parque eólico que serão unitizados antes de sua entrada em operação.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

5. FORNECEDORES

	31/12/12
Fornecedores	7.403

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2012 refere-se, basicamente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para construção do parque eólico.

6. FINANCIAMENTO

	31/12/12		
	Encargos	Principal	Total
BNDES - ponte (TJLP + 2,94% a.a.)	13	7.000	7.013

Os recursos deste financiamento são destinados à implantação do parque eólico (Maron) conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O vencimento do principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao BNDES em prestação única em 15 (quinze) de junho de 2013.

Centrais Eólicas Maron S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

São garantias do financiamento o penhor de ações da controladora Renova Eólicas Participações S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia cumpriu todos os covenants requeridos.

7. PARTES RELACIONADAS

	Vigência		31/12/11
	Início	Fim	
Renova Energia S.A.	30/04/2010	30/04/2013	153

Refere-se a mútuo com a controladora indireta Renova Energia S.A. para suprir a necessidade de caixa. O contrato está sujeito à correção pela TJLP + 0,25% a 0,5% a.a..

Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia e de sua controladora indireta Renova Energia S.A. é que esses valores só sejam realizados no longo prazo. O montante de despesa com juros sobre mútuo no resultado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 4 (2011, R\$ 1).

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

A Renova Eólica Participações S.A. é o único acionista da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Até 16 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Companhia era controlada diretamente pela Renova Energia S.A., que naquela mesma data, aumentou o capital social na Renova Eólica Participações S.A. através de transferência da totalidade das ações da Companhia.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$10.247 e está representado por 10.247.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Transformação do tipo jurídico

Em 31 de outubro de 2012, os acionistas da Companhia deliberaram transformar o tipo jurídico de sociedade empresária limitada em sociedade por ações, de capital fechado.

Integralização de capital

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era de R\$100 (cem reais).

Em 30 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital em R\$ 1.969, correspondente à emissão privada de 1.968.841 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia passou de R\$ 100 (cem reais) para R\$1.969.

Em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital em R\$ 8.278, correspondente à emissão privada de 8.278.059 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia passou de R\$ 1.969 para R\$ 10.247.

Centrais Eólicas Maron S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu os custos dos serviços prestados em acordos firmados com os executivos do Grupo Renova (Companhias controladas direta ou indiretamente pela Renova Energia S.A.) através de pagamentos baseado em ações da sua controladora indireta Renova Energia S.A..

Apropriação do lucro

De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue:

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido, até alcançar o limite de 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido, após serem observados os prejuízos acumulados.

9. GASTOS OPERACIONAIS

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Impostos e taxas	(4)	(3)
Total	<u>(4)</u>	<u>(3)</u>

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/12</u>
Receitas financeiras	
Rendimentos de aplicações financeiras	19
Despesas financeiras	
Outras despesas financeiras	(5)
Total	<u>14</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda e contribuição social 31/12/12
Receitas financeiras	19
Base de cálculo	19
Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL)	24%
IRPJ e CSLL no resultado	(5)

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. Para 31 de dezembro de 2012 os valores justos se aproximam dos valores contábeis.

b) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Companhia possui contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado ao TJLP.

Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos a TJLP, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura, a exemplo de programas como o PAC. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores importantes na captação com baixo risco.

c) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2012. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas.

A análise de sensibilidade inclui aplicações financeiras e financiamento com terceiro. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio.

	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
<u>Ativo financeiro</u>		
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	(94)
<u>Passivo financeiro</u>		
Contratos BNDES	Alta da TJLP	(39)
Total		<u>(133)</u>

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

g) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, portanto, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação (LEN 2011)	R\$5.660	05/12/2011	01/06/2014	ANEEL

14. COMPROMISSOS DE CAPITAL

A controladora possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de financiamento, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Instrumentos a Taxa de Juros	2013	2014
Financiamento	7.013	-
Construção Civil	11.192	1.164
Fornecimento de Máquinas	77.134	8.021

15. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa no exercício de 2012, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Integralização de capital com adição de imobilizado pago pela sua controladora no montante de R\$1.647 e com R\$ 320 através de adiantamento para futuro aumento de capital;
- Adição ao imobilizado através do reconhecimento de pagamento baseado em ações de sua controlada indireta Renova Energia S.A. no montante de R\$17;
- Capitalização de encargos financeiros no montante de R\$13.